**A PEDAGOGIA SOCIAL COMO PARTE DAS TESSITURAS DA FORMAÇÃO DOCENTE DOS EDUCADORES SOCIAIS FLUMINENSES.**

**Resumo**

O presente trabalho, parte de um estágio de pós-doutoramento em andamento na Universidade Católica Portuguesa, objetiva demonstrar a importância do campo da Pedagogia Social na formação docente de Educadores Sociais para as práticas sociopedagógicas com as camadas empobrecidas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, apresenta-se um breve recorte teórico visando apontar a relevância de se pensar a formação docente de forma ampliada nos cursos de Licenciaturas. Especificamente, foca-se nesta discussão nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2006 e de 2015 para a formação docente e suas implicações no campo da educação não escolar fluminense. A partir da reflexão apresentada, infere-se que, o campo teórico da Pedagogia Social se apresenta como potencializador de reflexões teórico-críticas que promovem tessituras sobre os *saberesfazeres* previstos pelas demandas curriculares e as necessidades concretas presentes na formação destes profissionais da educação não escolar.

**Palavras-chave:** Pedagogia Social, Formação Docente, Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006 e de 2015, Educadores Sociais.

**Introdução**

A presente comunicação é uma parte da fundamentação teórica do estágio de pós-doutoramento em Ciências da Educação, intitulado “Entre a Pedagogia Social e as Representações Sociais de/na formação docente de educadores sociais fluminenses” realizado na Universidade Católica Portuguesa (regional Porto), e tem como objetivo demonstrar a relevância da Pedagogia Social para formação docente continuada de educadores sociais na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Nesta apresentação, elege-se um recorte teórico da investigação que busca relacionar o campo teórico da Pedagogia Social com as demandas postas, especificamente, pelas DCNs de 2006 e 2015 para a formação docente sobre as práticas educativas em ambientes não escolares (comumente entendidas como não formais e informais).

A compreensão dos conteúdos expostos pela Pedagogia Social, em articulação com estas diretrizes não apenas mostram a relevância desta discussão como também se apresenta como um percurso formativo para a formação docente, inicial e continuada, no que concerne à reflexão socio-crítica os educadores sociais que promove pensar as tessituras psicossociopedagógicas a serem estabelecidas com os grupos mais empobrecidos dos seus *saberesfazeres* cotidianos.

**Desenvolvimento**

Ao iniciarmos a nossa discussão apresentamos dois pontos importantes para pensar, metodologicamente, o campo da formação docente para os ambientes não escolares, a saber: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Docente (DCNs) e o campo da Pedagogia Social (PS).

Todos os espaços sociais se apresentam como campos de relações pedagógicas e de rotinas educacionais. Os processos educativos não são apenas exclusividade dos espaços formais de educação (escolas e universidades). A expressão “educação não escolar” cunhada por alguns autores do campo teórico da Pedagogia Social (cf. Silva, 2011; Souza, 2009) buscam reforçar e legitimar a ideia de que este tipo de educação social, possui também uma “forma”, uma intencionalidade, que deve ser respeitada e considerada como legítima organização dos indivíduos para a sua emancipação.

Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) indica que a formação docente deve ser compreendida a partir do atendimento das distintas espações educacionais no seu tempo-espaço histórico e social. A docência nas instituições escolares é uma das principais atuações docentes, porém não pode ser considerada a única em relação às necessidades presentes na sociedade brasileira. E, embora saibamos da existência das DCNs de 2019 (que se encontra em processo de implementação no país), trazemos para este debate as DCNs anteriores que configura um espaço de reflexão mais profícuo sobre esta temática: a de 2006 e a de 2015.

A DCN de 15 de maio de 2006 sobre a Licenciatura em Pedagogia esclarece que as atividades as quais este profissional está sendo formado são compostas das habilidades de planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar projetos e experiências educativas não escolares (cf. Art.4 §4).

Ao mesmo tempo, o documento expõe a necessidade formativa para este futuro pedagogo de “trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (cf. Art. 5 §6).  No artigo 6º §1a. as diretrizes recordam que os cursos de pedagogia deverão, também, preparar estes sujeitos para as atuações já descritas nos artigos e parágrafos anteriormente citados, cumprindo para a contribuição social do curso que é o “desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade.”

O teor desta discussão continua nas DCNs para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada promulgada em 01 de julho de 2015.

No artigo 3 §1 sobre a formação inicial e continuada o documento apreende a concepção de educação como “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura.” Assim, embora a resolução seja contextualizada para a formação para atuação no ensino básico, se reconhece a necessidade do diálogo entre a educação formal escolar e os diversos espaços sociais onde a educação também acontece através das distintas relações sociais.

Em sua continuação, o documento reafirma a postura existente na resolução de 2006 em seu art. 12 §1 d. sobre a formação inicial docente. Assim, além dos processos educativos escolares, o futuro docente deverá estar apto para “observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas”, abrindo uma compreensão para outros espaços educativos não escolares.

Até este momento, uma pergunta se abre: como podemos levar a cabo uma reflexão pedagógica que possa dar embasamento a estes elementos dispostos nestes dois documentos? O campo da Pedagogia Social se apresenta como um desses interlocutores neste percurso formativo.

A terminologia “Pedagogia Social” foi cunhada no século XIX, no alemão *SocialPädagogik,* por Paul Natorp (1854-1924). Este termo foi concedido como possibilidade de pensar uma educação oriunda do empobrecimento dos trabalhadores alemães e de estruturas econômicas, sociais e políticas fragilizadas do século supracitado. De fato, a educação se apresenta na história como elemento de organização social e de trabalho levando a mudanças estruturais significativas para a sociedade. Assim, este termo ganhará força, e corpo teórico, a partir da leitura dos clássicos da Educação feito por educadores do Século XXI no pós-guerra, com a ênfase na ideia de ajuda ou assistência por meio da educação.

Segundo Moura (2011) e Souza (2009) as práticas de educação em ambientes sociais não escolares permitem três estruturas fundamentais para identificarmos a teoria da pedagogia social herdada pelos autores norte europeus, a saber: (1) as relações de **conflitos de ordem social** comuns nas sociedade, que solicitam dos sujeitos a construção de processos de emancipação e liberdade de ações grupais e individuais; (2) a compreensão da **lógica da ação** (em alemão, *Handlungslogik*) intencional dos grupos mais vulneráveis que deve ser levada em consideração nos processos sociopedagógicos; e, (3) a construção de uma prática educativa que gere um sentido de **ajuda-a-si-mesmo** (ou, *Hilfe zur Selbsthilfe*) aos educandos para que possam ter consciência da realidade vivida e potencialize as suas habilidades e competências para serem criativos na resolução dos seus problemas sociais.

Ao introduzirmos a discussão sobre a Pedagogia Social podemos entender que no Brasil, a gêneses deste diálogo sobre a formação docente e as práticas educativas como intervenção social tem suas gênesis nos pensadores do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932. Na segunda metade do século XX, Paulo Freire e as suas pedagogias – oprimido (1968) e autonomia (1996) – se transformam em um dos expoentes para a estruturação de uma Pedagogia Social Latino-americana. Com o pensamento educacional de Freire a diferença e a desigualdade social se transformam na base da criação de uma Pedagogia Social no continente americano exercida entre grupos sociais que sofrem socialmente as consequências dos processos de globalização econômicos, sociais e culturais.

Enfim, entende-se que a Pedagogia Social, em suas diversas formas de reflexão, é um campo de saber promissão para a construção de tessituras importantes sobre a formação docente para as práticas educativas não escolares, fazendo-a encontrar com a realidade vivida pelos educadores em seus campos de atuação. Os desdobramentos desta reflexão ao longo da pesquisa de pós-doutorado, que está sendo realizada sobre esta temática, poderão salientar a necessidade de pensar à docência de forma ampliada (cf. Ferreira, 2018), e as políticas públicas sobre a formação docente, com o intuito de atender as necessidades socioeducativas destes profissionais da educação fluminenses.

**Considerações finais**

Ao final desta breve introdução de um diálogo entre a Formação Docente e a Pedagogia Social podemos inferir que se faz necessário que os cursos de formação de professores proporcionem aos sujeitos, em formação inicial e continuada, o exercício de uma prática educativa em espaços não escolares que promova uma tessitura de ações socioeducativas a partir de uma reflexão sobre as consequências, impactos e alcances das estratégias pedagógicas para a transformação das realidades dos grupos sociais.

O campo teórico da Pedagogia Social se abre como um dos caminhos a serem utilizados para este propósito formativo. É através do diálogo entre os educadores e os seus educandos que se poderá vivenciar a lógica da ação dos sujeitos em situações de risco social, a promoção de processos emancipatórios para a solução dos problemas e desafios das suas condições de vulnerabilidades, assim como o reconhecimento dos *saberesfazeres* cotidianos dos educadores juntos aos grupos mais vulneráveis dos processos socioeducacionais brasileiros.

**Referências**

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 mai. 2006.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º. de julho de 2015.  Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 jul. 2015.

FERREIRA, Arthur Vianna. **Dentro ou Fora da Sala de Aula? O lugar da Pedagogia Social.** Curitiba: Editora CRV, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOURA, Rogério. Pedagogia Social: o conceito, o legado alemão e os desafios para sua reconstrução na América Latina do Século XXI. **IN**: SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente; MOURA, Rogério. (Orgs.) Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011.

SILVA, Roberto da. Visão e concepções necessárias a Teoria Geral da Educação Social. **IN:** SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente; MOURA, Rogério. (Orgs.) Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011.

SOUZA, João Clemente. Pedagogia Social e as Políticas sociais no Brasil. **IN:** SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente; MOURA, Rogério. (Orgs.) Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.